
Monteiro Lobato e a construção da identidade nacional brasileira

*Françoise Jean de Oliveira Souza**

Resumo: O presente artigo está centrado na análise de parte do processo de construção da identidade nacional brasileira no início do século XX. A partir do estudo de obras e textos de Monteiro Lobato, enfocando a construção da personagem do Jeca Tatu, procurou-se entender como esse autor se insere no contexto de busca das raízes dos males brasileiros e no levantamento de soluções que iam da eugenia ao higienismo.

Abstract: The present article is centred on the analysis of one part of the Brazilian national identity construction process, from the beginning of the XXth century. Based on the study of Monteiro Lobato's books and texts, the article focuses on the construction of the character Jeca Tatu, making a research to understand how Monteiro Lobato participates in the context of trying to find out the basis of all Brazilian's misfortunes and also of trying to find out solutions, which went from eugenics to hygiene.

Palavras-chave: Monteiro Lobato, identidade nacional, eugenia.

Key words: Monteiro Lobato, identity national, eugenics.

A criação do conceito de Nação

Conceituar nação no sentido moderno da palavra é um trabalho muito complexo e polêmico. Inúmeras foram as tentativas de se estabelecer os critérios que definiriam uma nação. Alguns autores trabalharam com elementos simples tais como a língua, a etnia, o território; outros buscaram definições mais subjetivas, *nação como um plebiscito diário*. Desse modo, a única afirmação passível de uma aceitação quase unânime nos dias atuais é a de que a nação é um artefato, ou seja, uma entidade recente e historicamente construída, (tão bem-construída que se apresenta aos mais distraídos como um dado natural, inerente às sociedades organizadas). Originalmente, a palavra nação foi usada para identificar pessoas de lugar ou território comum ou para identificar grupos

* Mestranda em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

de descendência comum. Será apenas no final do século XVIII e no início do XIX, com a Revolução Francesa e as expansões napoleônicas, que a palavra nação ganhará o seu sentido moderno, notadamente político.

No período anterior à Revolução Francesa, os Estados dinásticos eram definidos como “um território dominando a totalidade de seus habitantes; e estava separado de outros territórios semelhantes por fronteiras e limites bem-definidos” (Hobsbawm, 1991, p. 101). Não havia uma exigência de lealdade ao Estado, bem como uma identificação com este. A obediência era assegurada por meio de autoridades constituídas por instâncias autônomas como a religião e a hierarquia social. Contudo, as transformações ocorridas na era das revoluções, a expansão do capitalismo liberal, as disputas territoriais, o socialismo em fim, e uma série de fatores irão criar a necessidade de tornar as camadas inferiores leais ao seu Estado. O Estado precisava mobilizar essas camadas, influenciando-as a seu favor, criando assim uma *religião cívica*, um patriotismo. Dessa identificação entre população e governo é que surge, em fins do século XIX, a idéia de Estado-Nação.

Nesse contexto, são desenvolvidos poderosos elementos de identificação facilmente reconhecíveis por todos e com capacidade de incorporação numa única crença, pessoas e valores rivais, criando-se assim, comunidades imaginadas. Segundo Anderson (1991, p. 14), pessoas que jamais se encontraram e nem se encontrarão, nem se quer ouvirão falar uns dos outros, se sentem possuidoras de vínculos que lhes fazem viver em comunhão. Criase, assim, o mito da nação, mito esse que, de tão poderoso, conseguirá superar o internacionalismo do marxismo e se tornará palavra comum no discurso das esquerdas. Conseguirá, também, levar a humanidade a duas guerras mundiais que ocorrem em nome da nação e mesmo após a catástrofe dessas guerras, o peso desse artefato continuará a ser sentido. Assim, ao findar o século XIX, após árduos trabalhos de levantamento de elementos responsáveis por essa identificação entre cidadão-nação-Estado, a nação passa a ser vista como algo que teria existido desde tempos imemoriais, porque suas raízes deitam-se no próprio povo que a constitui. A nação francesa, por exemplo, será construída tendo por base a sua geopolítica, ou seja, o elemento unificador dessa comunidade imaginada será a longínqua formação histórica de sua definição geográfica, criando, assim, o sentimento de pertencimento definido por Renan, sentimento este que é alimentado pelas lembranças e esquecimentos em comum. Já na Alemanha, a identificação nacional se dará por meio da raça, de onde vem o conceito de *direito de sangue*. Cabe ressaltar que, nesse processo de formação da idéia de nação, a ciência terá importante participação, podendo dizer até que a história da nação se confunde com a história da ciência.

Em 1859 é publicada *A origem das espécies* de Charles Darwin. O impacto de tal publicação foi tão grande que Darwin passou a se constituir em uma espécie de paradigma da época. Suas máximas transformaram-se em referência obrigatória, não apenas para as ciências biológicas, mas também para as várias disciplinas sociais. Conceitos como os de *competição*, *seleção*, *lei do mais forte*, *evolução*, *hereditariedade* e outros se tornaram pressupostos básicos para a análise do comportamento da sociedade. Na Antropologia tem-se o predomínio do evolucionismo social que visava estudar o desenvolvimento de uma sociedade tomado em perspectiva comparativa. Desse modo, civilização e progresso passavam a ser entendidos não enquanto conceitos específicos de uma determinada sociedade, mas sim, como modelos universais. A cultura teria estágios únicos e obrigatórios pelos quais toda a humanidade deveria passar. Paralelamente ao evolucionismo social, surgem duas escolas deterministas: a *escola determinista geográfica* pregava que o desenvolvimento cultural de uma nação era condicionado pelo meio e o *determinismo racial*, também chamado de Darwinismo social, via, de forma negativa, a mestiçagem, sinônimo de degeneração racial e social uma vez que o cruzamento de raças, por princípio, era entendido como um erro.

O período analisado é marcado por uma reorientação intelectual caracterizada pela reação ao Iluminismo em sua visão unitária da humanidade. Essa crença nas desigualdades raciais e culturais, legitimada pela ciência, além de sustentar políticas conservadoras como o imperialismo, irá influenciar diretamente os trabalhos de construção da idéia de nação. Raça, mais do que nunca, passa a se confundir com a noção de povo, elemento formador da nação. Determinismo geográfico e racial serão a matéria-prima para a construção dos elos de ligação formadores do artefato da nação.

O caráter nacional brasileiro

Segundo Hobsbawm, já no final do século XIX, o princípio da nacionalidade torna-se um tema maior na política internacional. A construção do Estado-Nação passa a ser visto como uma inquestionável fase da evolução e do progresso humanos. Contudo, o Brasil, desprovido de uma história gloriosa, habitado por uma população estigmatizada pela presença do sangue do índio e do negro – raças tidas como inferiores – parecia fadado a permanecer excluído do concerto das nações. O Brasil, como diria Silvio Romero, “não tem povo” (Romero, 1979, p. 74) logo, não poderia ostentar o *status* de nação. Tornava-se urgente, então, a construção de laços de pertencimento capazes de criar um sentimento de brasilidade. Será a elite brasileira, investindo-se de importante missão, que se empenhará em construir uma identidade nacional para o País.

A identidade nacional pressupõe a relação com o outro. No caso brasileiro, o *outro* são os países capitalistas desenvolvidos. A imagem desenvolvida do outro refletia, assim, o nosso subdesenvolvimento (Chauí, 2000). A alegoria do trem foi muito utilizada nesse período para representar a modernidade e o progresso. Desse modo, o Brasil era visto pela sua própria elite como tendo descarrilhado do trilho que segue uma direção à evolução natural. Cabia a esses intelectuais, então, identificar em que momento da História o Brasil teria saído da linha evolutiva. Além disso, era fundamental buscar os elementos fundadores da nossa Nação, construindo uma identidade capaz de particularizá-la, dando-lhe um caráter específico diante do outro.

Cabe ressaltar que o darwinismo social e o determinismo geográfico, ou em outras palavras, as teorias que giravam em torno do cientificismo da época, foram os parâmetros a partir dos quais essa intelectualidade elaborava sua visão da realidade brasileira. Não seria surpresa, então, que a imagem do Brasil por ela visualizada era a de um país marcado pela mestiçagem, pelo atraso e pela tropicalidade, ou seja, era a de um país inviável, segundo tais parâmetros. Dificilmente nossa elite, no contexto intelectual do princípio do século XX, conseguiria fugir a uma visão tão negativa do Brasil.

É importante lembrar que, se nossos intelectuais se apropriaram de instrumentos analíticos alheios, como os determinismos racial e geográfico, contudo, não os trataram como paradigmas intocáveis, ao contrário, chegaram a realizar um admirável trabalho de adaptação e criação. Um bom exemplo encontra-se na obra de Silvio Romero, um dos primeiros trabalhos científicos sobre o caráter nacional brasileiro. Utilizando os determinismos racial e geográfico e acrescentando o determinismo moral, a origem do atraso brasileiro, para esse autor, estaria em três fatores: a incapacidade relativa da mistura das três raças fundadoras do País; o calor excessivo e a seca em umas regiões juntamente com as chuvas torrenciais no Amazonas e, finalmente, os usos e os costumes morais que foram herdados. Como solução, Silvio Romero apresentava a eugenia, ou seja, a melhoria da raça mestiça por meio de seu embranquecimento. Para isso, bastava estimular a imigração de europeus a fim de que, em algumas gerações, o sangue branco passasse a predominar no Brasil. Ao contrário de condenar a hibridação racial (como originalmente pregava o determinismo) esse autor encontra, na própria mestiçagem, (a boa mestiçagem) a futura *viabilidade nacional*.

Assim como Silvio Romero, muitos outros autores buscaram elaborar teorias que explicassem o caráter nacional brasileiro. Um outro exemplo importante é Euclides da Cunha que, apesar de ter se destacado por voltar as atenções para o homem do sertão, permanecia com uma visão negativa da mestiçagem. O mestiço era um “decaído, sem energia física dos ascendentes

selvagens, sem atitude intelectual dos ancestrais superiores” (Cunha, 1966, p. 68). O que se percebe, então, é que grande parte desses autores sofria uma baixa auto-estima, visão essa que provém ao certo, da comparação com outras sociedades. Era nessa densa e complexa atmosfera de negatividade que muitos intelectuais brasileiros pensaram e agiram. Contudo, já em fins dos anos 20, o *problema nacional* passa a ser analisado por outro ângulo, retirando o domínio exclusivo da raça. Higiene, saúde, medicina e educação se transformam no caminho que levará o Brasil ao encontro do seu verdadeiro povo. “Higienizar o país e educar o seu povo, é assim que se corrige a natureza e se aperfeiçoa o homem” (Schwarcz, 1996, p.169). Não se tratava de negar o determinismo, mas sim, de descobrir soluções que impedissem o destino fatídico da degeneração. Se antes o problema era não haver no Brasil uma raça histórica, mas várias raças, agora, as preocupações se voltavam para a cura da Nação doente.

Jeca Tatu: símbolo desglamuriado do povo brasileiro

O maior representante da classe intelectual que buscava inventariar as razões para o nosso atraso enquanto Nação, porém, com um olhar voltado para o higienismo, foi Monteiro Lobato. Suas obras são o melhor exemplo das questões sociais brasileiras que o incomodavam.

Em 1918, Lobato adquire a *Revista do Brasil*, periódico paulista que circulará sob sua direção até 1825. As páginas que abriram seu primeiro número deixam claros quais os objetivos desse periódico. Trata-se de um *manifesto-programa* que ensaiará um diagnóstico completo dos problemas do País e proporá soluções. Já de início expunha que um dos grandes problemas da Nação brasileira era o desapego às suas tradições e a ausência de uma consciência nacional. “Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste ou, com mais acerto, somos uma Nação que não tem ânimo de romper sozinha para frente numa projeção vigorosa e fulgurante de sua personalidade” (*Revista do Brasil*, 1916, p. 461).

A preocupação em destacar as peculiaridades da terra brasileira, exaltando sua cultura e seus valores próprios é uma constante nas obras de Monteiro Lobato. No livro *Idéias de Jeca Tatu*, coletânea de textos, são feitas críticas a artistas e intelectuais que se espelham na cultura estrangeira, principalmente na francesa. Contra os *francesismos*, Lobato denunciava a completa anulação da personalidade brasileira diante do estrangeiro. “Essa idéia é um grito de guerra em prol da nossa personalidade” (1967, p. 2) já anunciava no prefácio de seu livro. Nos artigos que compõem essa obra (todos com nomes sugestivos como: *A arte brasileira, Paisagem brasileira, Os sertões*

do Mato Grosso) Lobato exalta as belezas do Brasil e faz críticas aos artistas que não criam, mas *macaqueiam*, incapazes que são de se inspirar nas maravilhosas coisas brasileiras. Também nessa obra, o autor identifica o local onde habitaria o *verdadeiro brasileiro*, que ele representará por meio do Jeca Tatu. É no interior, na roça que se encontra o brasileiro puro, ileso de corrupção e da imitação servil. Continuando uma discussão já trabalhada por Euclides da Cunha, Lobato opõe o interior ao litoral, este último sendo visto como “civilizaçõzinha de arremedo e de empréstimo onde tudo são mentiras da terra” (1967, p. 1), uma vez que recebe, constantemente, influência das idéias e costumes que se encontram do outro lado do oceano. O homem do interior era visto como aquele que, devido ao seu isolamento, pouco herdou da cultura estrangeira. Logo, ele seria o elemento mais adequado para encarnar a legítima cultura brasileira.

Analisando a pintura francesa, onde predomina a retratação de cidades e centros urbanos, demonstrando *a vitória do homem sobre a natureza*, Lobato conclama os artistas brasileiros a se voltarem para a verdadeira paisagem do nosso país, local onde ainda predomina a luta do homem contra a natureza bravia. “Paisagem brasileira é essa tela desdobrada por mais de 8 milhões de quilômetros quadrados, na amplitude dos quais a natureza assume as modalidades possíveis – campos nativos, floresta tropical, desertos, pântanos, cordilheiras, rios e pampas” (1967, p. 56).

Se a verdadeira paisagem brasileira era a natureza não-dominada pelo homem, mas ao contrário, em constante luta com ele, o verdadeiro brasileiro só poderia ser o homem que trava essa batalha cotidiana, ou seja, o caboclo. Monteiro Lobato sabia bem que a autenticidade era uma pré-condição para a construção da identidade nacional, e é no caboclo, no Jeca Tatu, que ele encontra esse homem autêntico “incontaminado, grosso de casca, intraduzível em francês; bruto cuja vida é uma luta de todos os instantes [...] o Brasil ainda é o caboclo” (1967, p. 55). Ainda em *Idéias de Jeca Tatu*, o autor conclui, numa referência à catequização indígena, que o litoral é que precisa de catequese, feita obviamente, pelo caboclo, ou seja, é com o caboclo que se aprenderá a ser, legitimamente, brasileiros.

Após identificar o brasileiro autêntico, Lobato agora irá se preocupar em diagnosticá-lo e curá-lo. É nesse ponto que ele se diferencia de outros tantos intelectuais brasileiros, tais como os já citados: Silvio Romero e Euclides da Cunha. Enquanto estes últimos, impregnados pelo determinismo, tinham uma visão negativa do mestiço advindo da mistura entre negros, índios e portugueses, pregando quase que a sua incapacidade de elevar o Brasil ao nível da civilização (a não ser pela eugenia), Lobato irá libertar o povo brasileiro desse destino fatídico ao percebê-lo não como biologicamente incapaz, mas

sim, como um povo doente. Nesse caso, a culpa pelo atraso do Brasil não pertenceria mais ao seu povo e sim, ao seu governo negligente.

Em sua obra *O problema vital*, assim como o próprio nome já diz, Lobato denuncia a realidade brasileira; um país de 25 milhões de habitantes, com dois terços de criaturas doentes, 17 milhões de pessoas com amarelão e 3 milhões de embarbeirados. O Brasil seria, conforme o título de um de seus artigos *Um grande hospital*. Nessa obra, o diagnóstico do País fora feito: “o problema vital do Brasil não era o de uma simples reforma constitucional, como apregoavam alguns” (1951, p. 230): o problema vital era a falta de saúde do povo. Entretanto, esse problema, ao contrário dos levantados pelos deterministas, era passível de mudanças. O brasileiro era preguiçoso, avesso ao trabalho e, portanto, anos longe da escalada evolutiva de outras nações, porque estava gravemente enfermo. Era preciso, então, salvar o brasileiro, dando um povo saudável ao nosso país. Diante dessa realidade, Lobato criticava aqueles que fechavam os olhos a ela: “E o que fazemos nós? A parte culta da sociedade folga e ri. O governo faz reformas eleitorais. As sociedades recreativas discutem qual é maior – César, Alexandre ou Jofre. Os intelectuais debatem a colocação de pronomes. A mocidade canta ‘ragtimes’ patrióticos” (1951, p. 231).

Além de redimir o mestiço de sua culpa, Lobato também critica os deterministas que com o seu negativismo dificultam a implantação de soluções, pois criam um sentimento de resignação, abrindo espaço para os abusos praticados pela classe política: “A súpula desses conceitos converge nesta idéia sintética: falimos como povo, como raça e falimos moral, intelectual e fisicamente. Esta convicção, inoculada na maioria dos espíritos, proclamada pela imprensa [...] cria, como atitude filosófica, o ceticismo completo e como norma prática de conduta, o mais deslavado oportunismo” (1951, p. 59).

Apesar de negar o determinismo racial, Lobato era, obviamente, um homem de seu tempo, e de seu tempo herdou a crença quase doutrinária no poder da ciência. O período em que escreve – anos 20 e 30 – é marcado pelo paradigma microbiano e bacteriológico. Surgiram métodos específicos de profilaxia, normalmente eficazes, que levavam alguns a acalentar o sonho de que todo e qualquer mal poderia ser remediado pelo novo saber. Monteiro Lobato foi um desses homens. É com base nessa crença que ele dá a um dos seus capítulos o nome de *reflexos morais*. Todos os males que afetavam o povo brasileiro, inclusive morais, eram causados pela doença, logo, era pela Medicina que se curava o atraso político e econômico do Brasil: “Pessimismo, desânimo, desamor: sintomas de que o animal está com o ritmo da vida rompido por lesões orgânicas. Assim, todos os males, morais, econômicos e políticos vão enclavinhar raízes na desmedrança fisiológica” (1951, p. 61).

Em *Reflexos morais*, Lobato descreve com expressões técnicas da medicina e seguindo a lógica das Ciências Naturais, as origens de nossos males políticos. O brasileiro doente, sem resistência, fica cada vez mais fraco diante dos abusos da força política, esta última, comparada aos parasitas. Segundo as leis da natureza, o parasita é algo natural, pois segue a lei da sobrevivência com o mínimo esforço, busca sobreviver por que meio for. Assim, “não é imoral quando o Matapu encosta por uma árvore acima, constringe-lhe o tronco no cingulo, atrofia-a e mata-a [...] mas é imoral a árvore que assaltada não defende seu direito à vida” (1951, p. 262). Com base nessa comparação, Lobato analisa o parasitismo político reinante no Brasil e explica que, propositalmente, o governo permite a manutenção das doenças, a fim de manter o parasitado – o povo – sempre dócil à sucção. O povo, além do amarelão, sofria do *ácaro político*. Sua obsessão em levar a saúde ao povo brasileiro era tão grande que, em 1918, Lobato se engajou na campanha em prol do saneamento, após criar, junto com outros, a *Liga pró-saneamento do Brasil*. Essa campanha aumentou o renome do autor que, por inúmeras vezes, foi considerado médico pela população.

Além de escritor, Monteiro Lobato era um grande educador. De uma forma original e didática ele cria o Jeca Tatu, símbolo desglamuriado do povo brasileiro e mostra como é possível, por meio da higiene, despertar as potencialidades do nosso povo. Contudo, a alegoria do Jeca Tatu teria a função não só de instrumento educador, mas também, como elemento de identificação, modelo para povo. Quando todo um povo cria uma imagem de si próprio (mesmo que essa imagem não condiz com a realidade) de forma que pessoas completamente diferentes passem a se ver como iguais, cria-se, então, uma Nação. Essa era uma das funções do Jeca Tatu: criar uma comunidade imaginada para o Brasil. A outra função seria a de ensinar o caminho da cura para os males dessa comunidade. A análise da história do Jeca Tatu, personagem criada em 1914, constitui uma rica forma de se apreender as diferentes idéias defendidas por Lobato.

O Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Passava os dias de cócoras pitando e sem ânimo. Era visto por todos como fraco, preguiçoso, bêbado, vadio e idiota. Utilizava-se de todos os subterfúgios para não trabalhar:

“Jeca Tatu era tão fraco que quando ia lenhar vinha com um feixinho que parecia brincadeira.

– Por que não traz de uma vez um feixe grande?

– Não paga a pena.

Tudo para ele não pagava a pena. Não pagava a pena consertar a

casa, nem fazer uma horta, nem plantar árvores de fruta. Só pagava a pena beber pinga.
– Por que você bebe, Jeca?
– Bebo pra esquecer.
– Esquecer o quê?
– Esquecer as desgraças da vida.
E os passantes murmuravam: além de vadio, bêbado...” (1951, p. 330).

Para completar essa trágica descrição, Jeca tinha um vizinho italiano, próspero fazendeiro, que lhe era sempre apresentado como exemplo de trabalho e progresso. Esse retrato chocante do povo brasileiro foi recebido por muitos com espanto. Outros, viam no Jeca uma reafirmação do estigma determinista que nosso povo carregava. Na verdade, o Jeca era a encarnação do anti-herói nacional, que destoando, a princípio, da tradição romântica brasileira, escancararia, incomodamente, todas as mazelas que assolam o nosso país: “O primeiro passo para o saneamento do Brasil, consiste em matar essa ilusão, não mais soprar gaitinhas patrióticas, não ser otimista nem pessimista – pólos do mesmo erro – e sim, pura, sincera e exclusivamente, verdadeiros. Ver o que é como é. Examinar o problema vital com olho clínico [...]” (Cavalheiro, 1955, p. 232).

Maria José de Queiroz (1977) compara a forma realista e denunciativa de Lobato escrever à corrente indigenista dos países latino-americanos. Tal corrente literária visa pintar sem artifício o homem americano, proclamando toda a sua miséria. É um movimento revolucionário de propaganda e ataque. Porém, se por um lado a autora destaca o lado inovador de Lobato, por outro, ela acredita que o Jeca Tatu, ao fim e ao cabo, era um prolongamento do bom selvagem. Monteiro Lobato, com todo o seu modernismo não teria conseguido romper completamente com o romantismo indianista. O Jeca é doente e preguiçoso mas, após a atuação da medicina, ele se torna um cidadão idealizado, aquele que consegue levar o progresso e a riqueza ao interior do País, às custas, unicamente, do seu trabalho. As inúmeras descrições que Lobato faz do caboclo brasileiro – quando sarado – são carregadas de mitificação.

A vida do Jeca modifica-se por completo quando, num certo dia, um doutor aparece em sua casa e, preocupado com sua aparência fraca e doentia, lhe dá o diagnóstico: “amigo Jeca, o que você tem é doença”. Assim, o doutor lhe convence a usar botas, tomar remédios e abandonar a cachaça. O Jeca, acatando as indicações do médico lhe responde de imediato: “Daqui por diante, nhá ciência está dizendo e Jeca está jurando em cima” (Lobato, 1951, p. 334). Por meio do doutor, a ciência é apresentada como a grande responsável pela *ressurreição* do Jeca, e é nesse ponto que Lobato mostra seu grande trunfo para

o problema vital brasileiro. Em sua obra, ele deixa claro que *o Jeca não é assim, ele está assim*, ou seja, todas as mazelas pelas quais sofre o Brasil não são condições permanentes, ao contrário, são problemas conjunturais, passíveis de mudanças por meio da ciência. Se por um lado o Jeca doente reforça o sentimento de inferioridade nacional, por outro, ele representa toda a potencialidade escondida no brasileiro.

Após a ressurreição, o Jeca transforma-se num novo homem, representando tudo aquilo que Lobato projetava para o povo brasileiro. O Jeca se torna um daqueles que não param de trabalhar. Queria ficar rico, “parecia doido, só pensava em melhoramentos, progressos, coisas americanas. Aprendeu a ler, encheu a casa de livros e tomou um professor de inglês” (1951, p. 337). Esse novo homem que se tornou um grande fazendeiro, trouxe a luz elétrica para a fazenda, comprou um caminhão Ford e até aprendeu inglês, mostra que Lobato se espelhava nas nações civilizadas, notadamente a norte-americana, para projetar esse novo Brasil. É ao nível deles que devemos chegar. Defendendo a cultura nacional e a saúde do povo brasileiro, seria possível atingir o progresso norte-americano. Aqui, de certa forma, Lobato deixa transparecer nosso complexo de inferioridade diante do outro.

Mas Lobato acreditava no potencial do brasileiro curado, assim, o próspero italiano, citado em seu texto, ficará espantado com o Jeca Tatu trabalhador que, agora, não perdia a chance de *tirar prosa do italiano*. Além de resgatar o orgulho nacional ferido pela presença do imigrante, o autor demonstrava que era preciso apenas levar a saúde ao campo para solucionar o problema agrícola brasileiro. A necessidade da imigração, defendida por alguns como solução econômica e etnicamente desejável, passa a ser questionada por Lobato: “O dinheiro gasto nessas liberalidades (importação de imigrantes) seria dos pontos de vista moral, político e econômico, muito mais bem-aplicado em socorrer, criar e reerguer da invalidez e da inutilidade um número muito maior de brasileiros. Desde que se restaure a saúde do sertanejo [...] o problema do braço para a lavoura está resolvido” (Luca, 1998, p. 114).

O Jeca Tatu que tira prosa do italiano, é a prova de que o nosso povo seria potencialmente um homem destinado ao progresso como qualquer outro estrangeiro. O Jeca curado “recuperará o lugar a que faz jus no concerto etnológico” (Luca, 1998, p. 215).

Monteiro Lobato termina seu texto demonstrando que, além de forte e trabalhador, o Jeca curado pela ciência era também patriota, uma vez que ele empregará toda a sua fortuna na obra de saúde geral, levando os bons hábitos ao interior do Brasil. Desse modo, Lobato, por meio do Jeca, procura suprir várias necessidades do Brasil naquele momento de construção de nossa identidade: aponta o brasileiro autêntico, mostra o problema que o afeta,

indica a solução e o coloca no mesmo nível hierárquico que as raças de outras nações. E completando a sua tarefa, levanta as qualidades desse brasileiro em potencial: trabalhador, forte e, sobretudo, patriota. No penúltimo parágrafo de seu texto, Lobato expõe abertamente os seus objetivos com a construção dessa personagem: “meninos, nunca se esqueçam desta história; e, quando crescerem, tentem imitar o Jeca” (1951, p. 340).

A análise da personagem de Lobato é um exemplo de como o artefato da nação é construído, e o autor não era ingênuo em relação a isso. O Jeca Tatu (não o doente, mas o curado) deveria ser um mito, um ideal de homem a ser buscado pelo povo e pelo Estado brasileiro. Por meio da imprensa e da literatura, o autor leva o Jeca Tatu a todos os cantos do Brasil. A ressurreição do Jeca simbolizaria a ressurreição do Brasil. Benedict Anderson ressalta a importância do jornal e da literatura para a construção da comunidade imaginada e ressalta: “O romance e o jornal; pois essas formas ofereceram os recursos técnicos para rerepresentar a espécie de comunidade imaginada que é a nação” (1991, p. 20). É por meio do jornal diário que as pessoas que se desconhecem por completo compartilham dos mesmos acontecimentos, identificando-se mutuamente. A literatura, da mesma forma, ajuda a difundir costumes, linguagens e realidades que antes eram conhecidos apenas por um grupo restrito. Coincidentemente, Lobato atuou tanto na imprensa quanto na literatura.

O período em que Lobato escreve (décadas de 20 e 30) é marcado por condições favoráveis ao desenvolvimento do trabalho intelectual. Graças à utilização da máquina editorial que começava a se desenvolver no Brasil, (Anderson destaca a relação estreita entre o desenvolvimento do capitalismo de imprensa na Europa moderna e o surgimento da concepção de nação) juntamente com a utilização de uma linguagem *verdadeiramente brasileira* esse autor conseguiu, grandemente, atingir a imaginação popular. Não é à toa que Lobato tornou-se uma unanimidade, um fenômeno de vendas, sendo que seus livros, por terem uma grande aceitabilidade entre a população mais humilde, foram adotados pelo Estado de São Paulo para ser remetidos às escolas públicas. “Lobato tornava-se, assim, figura popular entre as crianças, que em casa seguiam o exemplo do Jeca tatu, tomando Biotônico e na escola compartilhavam as aventuras dos habitantes do sítio do Pica-pau amarelo” (Luca, 1998, p. 268). Por muitas gerações, o Jeca fez parte do imaginário popular; enquanto possibilidade, potencialidade, transformou-se num mito: “O mito é uma crença, uma paixão. Não é necessário que seja uma realidade. É realidade efetiva, porque estímulo, esperança, fé e ânimo” (Campos apud Chauí, 2000, p. 57). Era exatamente esse efeito que o Jeca, redentor da raça mestiça, deveria causar sobre as mentes: fé e ânimo. Não havia melhor fórmula para a construção de um mito brasileiro.

Finalmente, deve-se ressaltar a preocupação de Lobato em forjar uma língua brasileira. Todas as suas obras eram repletas de *brasileirismos*, expressões absolutamente naturais do Brasil e que, portanto, destoam do português lusitano, na época, ainda tido como oficial. Assim, sua obra reflete perfeitamente o momento nacional, a preocupação modernista em valorizar o que é genuíno, da nossa terra. Nesse sentido, a língua era um importante fator de coesão nacional, elemento significativo para a caracterização de uma nação, para afirmação do direito à alteridade. Lobato não concordava com a utilização de uma língua escrita, sendo que a grande maioria do povo se comunicava de outra forma. Aquilo era uma agressão ao nosso direito de nos individualizarmos, de nos colocarmos perante outras nações como um país autônomo, especificamente brasileiro. “Era esse da língua nova, a língua que ao país inteiro interessa: a estudo, o retrato fiel da Brasilina arisca que atende às necessidades de 2,5 milhões de jecas que somos. Porque estranha contradição! Falamos à moda de Brasilina, as escrevemos a moda de Dona Manuela, por falta de coragem ou medo” (Lobato, 1922).

Brasil: país do futuro?

Uma vez que o Estado-Nação tornava-se um conceito internacional quase inquestionável, o Brasil precisou construir parâmetros que norteassem a nossa nacionalidade, para que fôssemos apresentados aos outros e a nós mesmos. Inúmeras foram as análises levantadas, umas mais negativistas, outras nem tanto. Contudo, algumas semelhanças entre essas abordagens devem ser destacadas.

Todos os homens que estão pensando a nação fazem parte de uma elite letrada que pouco questiona a existência de desigualdades econômicas e sociais. Na verdade, o que se percebe, é justamente um esforço de naturalização da diferença social por meio da ciência. A elite é a mentora do projeto de nação porque o povo, segundo uns, era mestiço, logo, incapaz. Ou, então, por que o povo, assim como o Jeca, era doente e, enquanto doente, não possui condições de se posicionar politicamente. No interior do discurso higienista, por exemplo, a população era encarada como um aglomerado de doentes que precisavam ser curados, amparados para, depois, adquirir cidadania plena. Em muitos discursos, o direito à cidadania não é negado, mas é jogado, interminavelmente, para o futuro. O Brasil, *país do futuro*, é como o Jeca, um possuidor de potencialidades, de possibilidades e de pouca atitude e transformação.

Os intelectuais, deterministas ou higienistas, se apresentam de forma conservadora, como os únicos capazes de pensar e solucionar os problemas da

nação. Com argumentos inspirados no evolucionismo, o Brasil era visto como um país novo, imaturo, em estágios iniciais do desenvolvimento segundo a escala universal. Daí a necessidade de o povo ser tutelado. “O Brasil depende exclusivamente de nós e está em nossas mãos” já dizia Silvio Romero em 1900. O homem cordial ou o jeca inocente que estará jurando em cima de tudo o que “nhá ciência” disser, satisfaziam perfeitamente os interesses da elite. A construção de uma identidade nacional, ao menos no Brasil, estava longe de ser um projeto desvinculado de ideologias políticas, como acredita Anderson (1991, p. 20).

De todas as construções da imagem do brasileiro, de todos os mitos desenvolvidos, com certeza, o mito do povo tutelável foi o que mais perdurou e ainda perdura, arrastando consigo regimes e atitudes políticas populistas, paternalistas e excludentes. Marilena Chauí define perfeitamente a estrutura política organizada em torno desse mito:

Um poder pensado e realizado sob a forma da tutela e do fato, em que o governante se apresenta como aquele que é o único que detém não só o poder, mas também o saber sobre o social e sobre o significado da lei. Por ser o detentor exclusivo do poder e do saber, considerava os governados como desprovidos de ação e conhecimento político, podendo por isso tutelá-los. Essa tutela se realiza numa forma canônica de relação entre o governante e o governado: a relação de clientela (2000, p. 87).

Referências bibliográficas

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Ática, 1991.
- CAVALHEIRO, Edgar. *Monteiro Lobato: vida e obra*. São Paulo: Nacional, 1955.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil-mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1966. v. II.
- HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1870: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LOBATO, J. B. Monteiro. *Idéias de Jeca Tatu*. São Paulo: Brasiliense, 1967.
- _____. *Onda verde*. São Paulo: Lobato, 1922.
- _____. *Mr. Slang e o Brasil e o problema vital*. São Paulo: Brasiliense, 1951.

LUCA, Tânia Regina de. *A revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1998.

QUEIROZ, Maria José de. Mitos e frustrações: Jeca Tatu, a outra face do bom selvagem. *Kriterion*, v. 23, n. 70, p. 177, 1977.

ROMERO, Sílvio. *Teoria, crítica e história literária*. São Paulo: Edusp, 1978.

SCHWARCZ, Lílian Moriz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.